



## Por uma análise conceitual do conflito Israel-Palestina: interpretação histórica à luz de Paul Ricoeur e da mídia digital brasileira

Emily Larissa Pedroza Carneiro<sup>1</sup> 

Marcos Juliano Pereira da Conceição<sup>2</sup>

Vitória Emannuele Melo de Carvalho<sup>3</sup>

James Roberto Silva<sup>4</sup> 

### INTRODUÇÃO

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

<sup>2</sup> Graduado em Licenciatura Plena em História da UFAM.

<sup>3</sup> Graduada em Licenciatura Plena em História da UFAM.

<sup>4</sup> Professor Titular do Departamento de História da UFAM. Doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP).

Face aos acontecimentos que, desde 7 de outubro de 2023, vem se desenrolando no Oriente Médio e que atraem a atenção mundial para a violência física e simbólica que está sendo gestada dia após dia, apresentamos uma proposta de análise do conjunto dos fatos a que temos acesso, primeiro, com a ajuda das reflexões do filósofo francês Paul Ricoeur, que deixou manifesta, em seus escritos, a preocupação com a definição da verdade. Em seguida, numa espécie de estudo de caso, confrontamos diferentes estratégias de comunicação adotadas por quatro portais jornalísticos brasileiros da *internet*.

Entendemos que, com o conflito entre Palestina e Israel, reacendido com o episódio de 7 de outubro de 2023, uma onda de informações imprecisas ou inverídicas vem tomando conta do ambiente da comunicação. Isto se soma a uma crise de denominações, afinal, com que palavra designar o que está acontecendo na Faixa de Gaza: reação defensiva, retaliação, guerra, massacre, genocídio? Uma guerra paralela se instalou nos meios de comunicação e nos espaços em que se jogam as relações internacionais em que a disputa gira em torno das formas de representar o que anda acontecendo no Oriente Médio neste momento.

Para uma reflexão no campo da Teoria da História, debruçamo-nos sobre algumas obras de Paul Ricoeur, especialmente, *Interpretação e Ideologias* (1988) e *História e Verdade* (1968). Por ter vivido durante o período das guerras, Ricoeur carrega em seus textos uma preocupação central com a verdade histórica, as interpretações, a importância da memória e a tentativa de conciliação entre ideias e teorias que se querem antagônicas, com um certo caráter mesmo pacificador.

A hermenêutica de Ricoeur aqui é importante para compreender que as diversas interpretações que compõem a escrita historiográfica fazem parte de um ciclo em que todos os envolvidos – quem produz o texto e quem o lê – possuem um papel essencial na construção do sentido. Esse compromisso com o sentido vinculado às possíveis interpretações que podem surgir de um texto destaca-se, sobretudo, da sua teoria do “círculo hermenêutico”, trabalhada em *Tempo e Narrativa* (1983). Por meio dessa teoria, Ricoeur defende que o texto possui sua dimensão semiológica (ou seja, interna e estrutural), mas também recupera a dimensão semântica, em que o leitor dá sentido ao texto, apropriando-se ou rejeitando suas teses.

Para o historiador Rodrigo dos Santos (2014), a preocupação com narrativa e escrita da História em Ricoeur perpassa uma questão maior, de caráter ético: sua preocupação com a *verdade*. Os ensaios que se pretendem analisar a seguir estão imersos em discussões que envolvem questões morais e éticas, como o poder, a política, o papel de um Estado em uma sociedade e suas práticas no processo de legitimação. A partir da interpretação histórica proposta por Ricoeur, será feita uma discussão sobre o lugar do homem comum na História e sua presença em meio a eventos políticos grandiosos, procurando relacionar com o conflito que ocorre no Oriente Médio e suas formas de propagação na mídia brasileira.

#### RICOEUR EM INTERPRETAÇÃO E IDEOLOGIAS

Na última parte dessa obra de 1988, Ricoeur reflete sobre as formas emergentes de conflito social, frequentemente mascaradas por atitudes de caráter ideológico, além de propor sugestões teóricas e práticas para a compreensão do que ele chamou de “neoconflitos nas sociedades industriais avançadas”. O papel da hermenêutica, para Ricoeur, é o de agir como uma teoria de compreensão das operações da escrita do texto e interpretação dos mesmos, fazendo uma ponte conciliatória entre o explicar e o compreender. Os “passos” de funcionamento da hermenêutica se aplicam em certas situações. A linguagem escrita tem força maior no campo da hermenêutica. Ao considerar a escrita, é preciso entender em que contexto determinada mensagem está sendo difundida e que ideias o locutor deseja transmitir naquele contexto. Ricoeur alerta que não é possível travar uma conversa com o texto, mas, sim, interpretá-lo. E essa interpretação também precisa ser técnica para ser considerada hermenêutica. A linguagem fica em segundo plano para na verdade ser uma compreensão do pensamento que redige o discurso. Por tais apontamentos, podemos concluir que o texto interpreta também sua realidade. A hermenêutica faz esse papel de reproduzir um encadeamento de estruturas postas em escritas.

O discurso sobre o qual a hermenêutica trabalha, também tem suas especificidades. O discurso e sua ordem, seja oral, seja escrita, pretende descrever, exprimir ou representar algo. Este discurso se torna um evento quando é escrito e as ideias e códigos são postas juntas. O que se pretende ao interpreta-los é encontrar o significado que permanece. O significado dessas ideias e dessa corrente flui pela ideologia, e essa ideologia, nas palavras de Ricoeur (1988), é um reino de “ismos”: liberalismo, socialismo, etc.

A ideologia tem lados e se propaga por dominação, é um fenômeno das experiências sociais e se mistura nos vínculos. Ao refletir, no quarto capítulo, sobre os “novos” conflitos que surgem, o filósofo empreende análises sobre os tipos de conflitos e as ideologias que, de certa forma, os mascaram:

[...] a tentação da ordem e a ilusão da dissidência, o esgotamento da democracia representativa e a tentação da democracia direta. Minha intenção é extrair desses sintomas linhas de força subjacentes. Em primeiro lugar, abordarei o que chamarei de *motivações-anteparo* ou, se preferirmos, de *ideologias* [...]” (Ricoeur, 1988, p. 157, destaques do autor).

Logo, Ricoeur (1988) detecta duas ideologias: a “ideologia da conciliação a todo preço”, que repousa em fundamentos cristãos, com máximas de fé – “Deus é amor”, “Amai-vos uns aos outros” – cegando, assim, qualquer percepção da “fecundidade de todo e qualquer conflito” (p. 158), e intentando combates a partir de tomada de consciência. Em seguida, tem-se a “ideologia do conflito a todo preço”, que pode ser referida ao “esquerdismo cristão” (p. 162). Contrapondo-se à primeira ideologia, esta se constitui na atenuação dos conflitos que perduram até hoje, posto que a tendência das grandes potências nucleares em evitar a “escalada nos conflitos armados” não suprimiu as guerras (p. 163). Isto posto, o extremismo adotado em ambas as ideologias apontadas por Ricoeur acaba cegando os indivíduos em suas concepções, embaraçando claros sinais de que algo está errado.

## RICOEUR EM HISTÓRIA E VERDADE

*Histoire et vérité* foi publicado pela primeira vez em 1955 (Le Seuil). Em 1964, o autor acrescentou ao livro onze novos ensaios. De acordo com Ricoeur, em sua apresentação, os textos estão reunidos a partir de dois pilares: o metodológico e o ético. Na primeira parte do livro, intitulada “Verdade no conhecimento da História”, estão reunidos ensaios que se preocupam com a escrita da História e o papel do historiador face à construção do discurso historiográfico. Já na segunda parte, estão reunidos ensaios que falam sobre os processos civilizatórios modernos e suas motivações, sob a visão crítica do autor. Com base nessa divisão, nossa análise seguirá priorizando quatro ensaios de *História e verdade*:

*O homem não-violento e sua presença na história, Estado e violência, O paradoxo político e Civilização universal e culturas nacionais.* Em seguida, pretende-se promover uma interpretação do que vem acontecendo entre Israel e Palestina, desde outubro de 2023, tendo por guia a interpretação histórica ricoeuriana.

No capítulo *O homem não-violento e sua presença na história*, Ricoeur defende, a partir de uma “fisiologia da violência”, que o recurso à força está presente na História desde os primórdios da humanidade, ensejando estudo aprofundado de como as raízes históricas da violência se organizam nas formas sociais a partir de uma “estrutura do terrível” (Ricoeur, 1968, p. 228). Ao mesmo tempo, é impossível negar a importância do Estado enquanto força capaz de concentrar em si uma transmutação do poder. Ricoeur afirma: “se os instintos são a matéria do terrível, se a luta de classes é sua primeira elaboração social, é como fenômeno político que ela penetra na zona do poder” (p. 229).

Dessa forma, o poder tem com a violência uma profunda relação, uma vez que, para legitimar um Estado, tende a subordinar, dominar, outras civilizações, atuando mais que apenas uma simples administração social. Com vistas à sua legitimação concreta, o Estado tende a implementar uma nova dimensão da violência na sociedade: a guerra (p. 229).

A partir dessa ideia, Ricoeur (1968) chama a atenção para o objetivo central da violência: a morte do outro. E não apenas uma morte direta, objetiva, do corpo, mas também de tudo aquilo que o faz homem, ser humano. É uma morte tanto física quanto simbólica, em que a morte do “outro” se torna “algo pior que a morte” (p. 230). A atitude pacifista e a ascensão do “homem não-violento” são, na verdade, algo *a-histórico*, fora do curso e do destino naturais da vida, uma vez que a violência já faz parte da realidade humana. Tentando situar o homem não-violento na História, Ricoeur afirma que ele pode ser a presença antecipada de um personagem que viverá a realidade histórica de outra forma, em que uma mediação política poderá facilitar a existência, “dá as garantias de uma história ainda por fazer, por inscrever-se na espessura das instituições e dos modos de sentir e de agir” (p. 232).

No capítulo *Estado e violência*, Ricoeur afirma que, sob o manto do Estado, reside a função da violência de caráter penal. A partir desse pressuposto, admite-se o magistrado como a figura principal dessa equação, que tem como objetivo principal a justiça, agindo e punindo, tendo o monopólio da ação em busca da justiça em suas mãos. Entretanto, essa relação começa a se tornar um problema para Ricoeur quando há a transmutação de uma *violência punitiva* para uma violência puramente *instauradora* (p. 245).

Para o autor, só há uma forma de relacionar o amor do cidadão à autoridade penal: estabelecendo, como limite entre essa transmutação da violência, a morte, o homicídio. Ou seja, é preciso que haja um limite nessa equação para que a função inicial do Estado – punitiva – se mantenha compatível ao “reino do amor” e não avessa a ele.

Esse limite deve ser estabelecido a partir de uma “ética dos meios”, sem permitir a transgressão do *Outro*. Entretanto, Ricoeur argumenta que o Estado, como pilar político, jamais conseguiu sustentar-se dentro dessa ética dos meios, pois, para legitimar-se como poder, recorreu à eliminação da diferença, daquilo que pertence ao *Outro* (p. 246).

A guerra, então, para Ricoeur, constitui-se como uma “irrupção do caos”, a “situação limite” de uma sociedade, um “contra-senso histórico” que foi e sempre será injustificável (p. 247-250). Além de ser um homicídio institucionalizado, a guerra faz também com que o homicídio do outro seja em prol de uma sobrevivência física de seu Estado. É essa situação-limite que coloca no mesmo plano o homicídio e o sacrifício, fazendo com que o ser humano viva sob uma ética de angústia, pois, “promover a guerra é, para o indivíduo, ao mesmo tempo matar o próximo, o cidadão de outro Estado, e pôr sua vida em jogo para que o Estado respectivo continue a existir” (p. 248).

O capítulo *O paradoxo político*, também escrito para a segunda edição de *História e Verdade*, possibilita-nos talvez um suporte para analisar mais diretamente o que vem acontecendo entre Israel e Palestina desde outubro de 2023. Ricoeur começa esse ensaio afirmando que “não se deve ter pressa de reabsorver os acontecimentos, se deles quisermos tirar algum ensinamento” (p. 251). Podemos pontuar aqui a dificuldade de qualquer historiador em tentar analisar um evento histórico que está em pleno processo, que está ocorrendo em simultâneo à escrita. Isso porque, também segundo o autor, é preciso que avaliemos o acontecimento situando-o em uma condição de conjunto, tirando-lhe o seu caráter insólito. Essa avaliação, que situa o objeto do conhecimento em um panorama maior, só é possível pois, para Ricoeur, o poder e sua consequente problemática estão inseridos em um ciclo vicioso que dele não se pode escapar: a dupla dimensão do progresso racional vinculado a uma crescente perversidade nas relações sociais, elas mesmas mediadas pelo poder.

Em *Le retour de l'événement* (1992), Ricoeur afirma que estávamos vivenciando o que Pierre Nora chamou de “o retorno do evento”. Entretanto, longe de ser o mesmo evento renegado pelos homens dos *Annales*, uma das características principais desse “novo evento” é a preocupação do retorno com a abordagem política nos campos históricos a partir dos momentos catastróficos vivenciados no século XX, sendo “a política, por si só, o lugar em que o estrutural, o conjuntural e o convencional se unem” (1992, p. 5). É possível ler o que vem acontecendo no Oriente Médio a partir da visão ricoeuriana do poder como a manifestação máxima da violência no meio político, pois, através dele, uma nação se legitima e se projeta sob a outra. A criação do Estado de Israel, em 1948, é característica disso.

Para se afirmar enquanto nação, Israel precisou se apropriar de terras historicamente pertencentes aos palestinos. Sua reafirmação tem se feito contínua desde então através de forte uso da violência. O exercício do poder com vistas ao massacre, ao extermínio do Outro, tem sido muitas vezes justificado por questões que ultrapassam as discussões sociais e chegam ao âmbito religioso, desvirtuando o foco principal que é a luta por território, por sobrevivência. Afirmo Ricoeur (1968, p. 263):

Assim nasceram todas as nações, todos os poderes e todos os regimes; seu nascimento na violência foi reabsorvido pela nova legitimidade que deram à luz, mas essa nova legitimidade conserva algo de contingente, de propriamente histórico, que seu nascimento violento não cessa de comunicar-lhe.

Em seu texto “Civilização universal e culturas nacionais”, Ricoeur lança mão de um questionamento primordial para nós historiadores: partindo do pressuposto de que a modernidade possibilitou o contato com outros povos, por meio de uma política civilizatória projetada na Europa, como estabelecer um contato e uma troca onde eu possa receber o que vem de fora sem necessariamente perder o que há de próprio na minha cultura e no meu ser enquanto sujeito histórico de uma nação específica e que está situada fora do eixo europeu-estadunidense? Esse processo moderno aparece para Ricoeur com uma dupla dimensão: “um progresso gigantesco para todos e uma tarefa esmagadora de sobrevivência e adaptação da herança cultural a esse quadro novo” (p. 277). É então esse caráter paradoxal que o autor busca examinar dessa civilização moderna ocidental. Para ele, o que há de mais desafiador é a possibilidade de perda de um certo *núcleo ético e mítico* pertencente a cada grupo social, a cada nação, no momento desse contato entre dois povos diversos.

Há algo que não podemos deixar de abordar quando tocamos no assunto de processos civilizatórios, seja no século XVI, com as Grandes Navegações Europeias, seja no século XIX, com o Neocolonialismo e o Imperialismo: o caráter exterminador que tem a política colonizadora, seja ela em qual temporalidade esteja inserida. Especificamente sobre o segundo caso, o *Dicionário de Conceitos Históricos* (2009) afirma que não existe “imperialismo”, e sim, “imperialismos”, uma vez que as práticas que norteiam essa política vão se adequando no decorrer dos tempos e de acordo com cada situação histórica. Dessa forma, o que denominamos, hoje, de política imperialista é uma nova fase que se baseia em uma apropriação de territórios que estão fora do eixo europeu e que possuem forte intervenção militar norte-americana em suas regiões.



Com base nessa definição, é possível considerar o que vem sendo praticado em território palestino como uma política imperialista israelense, que se baseia na expropriação de territórios e na limpeza étnica de uma nação. Segundo Ricoeur, não é e nunca foi fácil para a cultura europeia se relacionar com o Outro, com o diferente. Compreender que há culturas e não uma cultura apenas e se desapegar do monopólio cultural que outrora fora carregado e afirmado é um desafio, algo que ameaça a si mesmo pela destruição dessa nova descoberta; é a terrível constatação de que sejamos “nós próprios um outro entre os outros” (p. 285).

Tendo feito estas reflexões apoiadas em Paul Ricoeur, propomos estabelecer relações com o que vem acontecendo no Oriente Médio de forma mais explícita, mediante a exploração de fontes primárias do próprio cotidiano, encontradas nos jornais diários. Para tal feito, antes é preciso que conheçamos um pouco mais as origens do presente conflito, sem descuidar das raízes históricas que estão por trás do embate entre as duas nações.

## COMO DENOMINAR O QUE ESTÁ ACONTECENDO? ANÁLISE CONCEITUAL DO CONFLITO ATRAVÉS DOS JORNAIS DIGITAIS

### ENTENDENDO O CONFLITO

No dia 7 de outubro de 2023, a parte sul de Israel, onde jovens israelenses aproveitavam um festival de música eletrônica, sofreu um ataque surpresa, não detectado pelo ultramoderno sistema de defesa israelense. Bombardeios foram lançados, resultando em centenas de ferimentos e mortes. O ataque foi iniciado pelo grupo Hamas, movimento armado de origem islâmica (Conflito Israel-Hamas, 2023). Como reação, Israel entrou em estado de guerra e bombardeou alvos na Faixa de Gaza. O governo israelense, então, anunciou o contra-ataque: a Operação “Espadas de Ferro” foi a resposta violenta oferecida contra o ataque do Hamas, considerado como o de maior intensidade dos últimos tempos. Benjamin Netanyahu, primeiro-ministro de Israel, afirmou que a guerra entre seu país e o Hamas estava novamente tendo início e que o dia 7 de outubro seria decisivo na história do Oriente Médio (Domos de Ferro, 2023).

O conflito entre Israel e Palestina, em especial no que se refere à ocupação do território, é antigo e tem, em suas bases, uma mistura de política e religião. No ano de 1947, a Organização das Nações Unidas sugeriu a criação de dois estados na região: judeus ficariam com Israel enquanto Gaza e Cisjordânia pertenceriam aos palestinos. Entretanto, não houve acordo, pois estes últimos afirmaram que, por várias razões, a divisão era injusta. A criação do Estado de Israel, no ano de 1948, agravou ainda mais a situação, gerando a Guerra árabe-israelense no mesmo ano. Posteriormente, após a ocupação de Gaza pelos egípcios, Israel faz a tomada dos territórios da Cisjordânia e da Jerusalém Oriental, em 1967, com a chamada Guerra dos Seis Dias.

A relação entre os dois lados continuou tensa. No ano de 1987, os palestinos se revoltaram contra as tropas israelenses, sendo essa a primeira Intifada. Na década seguinte, em 1993, a partir dos Acordos de Oslo, foi criada a Autoridade Nacional Palestina (ANP), que deveria assumir o controle da administração política dos territórios pertencentes aos palestinos. Em 2012, a ONU reconhece a Palestina, compreendendo aqui apenas a região da Faixa de Gaza e a Cisjordânia, como um “Estado-observador”. Entretanto, apesar das diversas tentativas, não houve um acordo e o conflito entre os dois países prosseguiu. Em termos territoriais, de 1947 até os dias atuais (2025), o espaço pertencente aos palestinos se reduziu a uma ínfima parte, enquanto Israel domina entre 93% e 97% do território (Israel, 2020; O controle, 2025).

Esta é, porém, a camada superficial e recente do conflito. Os questionamentos quanto a quem, historicamente, constituía a maior parte dos que viviam nessa região do mundo – se populações muçulmanas ou judaicas – atravessa todo o século XX. Mais recentemente, a discussão ganhou realces acadêmicos e, por vezes, pseudo-acadêmicos, jogando luz sobre a origem da humanidade, invocados para dar razão a uma ou outra das partes litigiosas. Mas, no plano da mundanidade, o debate foi reacendido, no final do século XIX, com o surgimento do movimento sionista, cujos principais marcos foram, em primeiro lugar, a publicação, em 1896, do “tratado político” intitulado *O Estado Judeu: uma tentativa de solução moderna para a questão judaica* (*Der Judenstaat: Versuch Einer Modernen Lösung der Judenfrage*), de autoria de Theodor Herzl (1997, p. 8). Em seguida, em 1897, ocorreu o Primeiro Congresso Mundial Sionista, na Suíça, com a ratificação da ideia da criação, como preconizava o tratado de Herzl, de um Estado judaico, na Palestina, compreendida como sendo a região de origem do povo judeu na Antiguidade – em detrimento de tantas outras possibilidades consideradas, como Chipre, Congo, Patagônia – e a fundação da Organização Sionista Mundial.

Embora o “renascimento judaico” tenha, segundo Louis Lipsky, precedido, “em várias décadas”, o surgimento do livro de Herzl – por meio de “escolas e academias hebraicas” e o que ele chamou de “uma ativa vida sionista” (Herzl, 1988, p. 13) – o autor da Introdução à edição de 1946 de *O Estado judeu* garante que Theodor Herzl foi o primeiro judeu a projetar a questão judaica como um problema internacional” e que o seu livro havia sido “a primeira expressão pública, em linguagem moderna [...], de como a solução do problema poderia ser acelerada” para, enfim, concretizar a “antiga esperança judaica, adormecida na [sua] memória por dois mil anos”<sup>5</sup> (Herzl, 1988, p. 11).

Já as condições sob as quais surgiu o livro foram reveladas numa tradução crítica do tratado de Herzl (1997), na qual seu diário pessoal foi dissecado por Henk Overberg, tradutor e responsável pela introdução da obra. Overberg descreveu tanto a condição mental de Herzl, sob a qual *O Estado judeu* foi escrito, como a motivação que levou o seu autor a trocar a frustrada carreira literária pelo engajamento político.

5 Essa declaração, certamente, não encerra o debate sobre o gérmen primordial do sionismo, que bem pode retroceder ao início do século XIX. O historiador israelense Ilan Pappé afirma que, sob pretexto de ocupar o Oriente Médio, o governo napoleônico teria prometido aos judeus o seu “retorno à Palestina” e a criação de um Estado (Pappé, 2017, p. 21) e que, nos anos 1830-40, a coroa britânica tinha a “visão de que os judeus poderiam ser úteis no apoio à derrubada do Império Otomano” (Pappé, 2017, p. 23) e que, portanto, mereciam ser “ativamente assistidos pelos britânicos” (Pappé, 2017, p. 21).



Embora, pessoalmente, Herzl sofresse como “alvo de insultos e preconceitos antisemitas”, o que tocava a dimensão solidária do fardo judaico, o fator decisivo para que se decidisse a escrever *O Estado judeu* foi da ordem da vaidade. Foi o seu sentimento de fracasso como dramaturgo, cujas peças teatrais foram mal recebidas, que o levou a aspirar glória e reconhecimento por meio de um panfleto.

Durante um recolhimento de três semanas, em Paris, Herzl escreveu “como se tivesse perdido o equilíbrio mental”, num “estado semimístico de êxtase e possessão”, deixando claro, em seu diário, que sua motivação para escrever *O Estado Judeu* não se resumia à tentativa de amenizar o sofrimento de seus semelhantes: era também “uma forma de fortalecer sua autoestima e satisfazer sua vaidade, que lhe fora negada pela recepção morna de suas peças” e que, a partir de então, não estava mais a “operar com indivíduos, mas com massas: o clero, o exército, a administração, a academia etc., todos eles unidades de massa para mim” (Herzl, 1997, p. 8-10). A honestidade vertida no diário íntimo já vale como comentário de seu próprio conteúdo.

O argumento de Herzl era o de que somente com a criação de um Estado próprio seriam resolvidos os problemas que judeus enfrentavam mundo afora. Nessa utopia redentora, previa questões como o estabelecimento de leis, regras para imigração, a unificação por um único idioma, a aquisição de terras por judeus, etc.

Ao final daquele Primeiro Congresso, em 1897, as deliberações da ação sionista, que ficaram conhecidas como Programa de Basiléia, prescreviam, dentre outras coisas, o encorajamento do movimento colonizador da Palestina por “judeus agricultores, trabalhadores braçais e artesãos” e promover “esforços políticos para que os objetivos do sionismo obtivessem o apoio dos vários governos do mundo” (Gilbert, 2010, p. 30 *apud* Bartel, 2012, p. 72). Essas aspirações ganharam forte aplicação prática a partir do apoio recebido da Grã-Bretanha, que ganhou conhecimento público, em 1917, com a célebre Declaração Balfour, “simpática” e “favorável [ao] estabelecimento, na Palestina, de um Lar Nacional para o Povo Judeu” (Balfour 1917). Dessa forma, desde finais do século XIX e primeiras décadas do século XX, a migração judaica para o território palestino, então controlado pelo Império Otomano, entrou em ascensão. A partir de 1917, quando os britânicos assumiram o comando sobre a região, até 1948, quando se encerra o Mandato Britânico, a Palestina foi tratada como se lá não existisse uma população palestina, com uma “ligação efetiva com a terra”, mas, apenas imigrantes árabes, provenientes de países vizinhos, como Síria, Líbano e Egito, “que afluíam à Palestina em busca das melhores oportunidades econômicas abertas pelos empreendimentos sionistas” (Salgado Neto, 2015, p. 92). Na sua melhor versão, a visão imperialista do mundo executou o seu colonialismo como uma “prática de transformar os territórios vagos e sem utilidade do mundo em versões úteis da sociedade metropolitana europeia” (Said, 2012, p. 88).

Em seu conjunto, essas posturas deram estímulo às ocupações por colonos judeus, oriundos de variadas partes do globo, de terras onde antes residiam e produziam milhares de famílias camponesas palestinas.

Reconhecendo como sistemática essa recusa, não somente dos britânicos, mas de muitas outras nações ocidentais, em enxergar a realidade da presença árabe palestina naquela região, Ilan Pappé (2017) nomeou os principais capítulos de seu livro com o termo “fallacies”: as falácias do passado e as falácias do presente. A origem da palavra se encontra no latim *fallacia*, “trapaça”, e significa “raciocínio ou afirmação falsa ou errônea com aparência de verdadeira”. E é esta estratégia de negar, sistematicamente, uma evidência e de afirmar, consistentemente, uma fantasia nacionalista (vide como Theodor Herzl trouxe à luz a sua obra maior) que vem sendo empregada, como arma geopolítica internacional, por sionistas e nações interessadas na presença de judeus no Oriente Médio. Muito antes, na década de 1970, não nos esqueçamos, Edward Said (2007) já nos alertara sobre o reducionismo forjado pelos ocidentais relativamente às culturas árabes, em combinação com a divisão arbitrária e ideológica do mundo em Oriente e Ocidente.

#### UM FOCO DE RESISTÊNCIA: O CONFLITO A PARTIR DA VISÃO DO OUTRO

O Hamas, enquanto organização militar consagrada a combater o avanço israelense sobre o território palestino, surgiu pela primeira vez no ano de 1987, sendo uma ramificação do grupo islâmico sunita Irmandade Muçulmana, criado no Egito em 1920. O anagrama Hamas, traduzido, significa Movimento de Resistência Islâmica. Sua principal contestação baseia-se na afirmativa de que o estado de Israel possui em seu bojo a força colonizadora e imperialista, e tem, como objetivo principal, a libertação dos territórios palestinos das mãos israelenses. O Hamas se diferencia de outros grupos políticos palestinos por negar a crença de uma política de conciliação, opondo-se a medidas como os Acordos de Oslo e mesmo à Autoridade Palestina (ANP), que inúmeras vezes fracassou em tentativas de acordos de paz com Israel. Por causa dessa política e da descrença nos acordos entre os dois países, o Hamas foi considerado como uma organização terrorista em território palestino por Israel, pelos Estados Unidos e pela União Europeia.

No dia 7 de outubro de 2023, após o ataque promovido pelo grupo Hamas, a atenção do mundo inteiro voltou-se para o Oriente Médio. Diversos veículos de imprensa brasileiros noticiaram a ação violenta do grupo palestino contra Israel. O grupo G1 pretendeu explicar o conflito, desde suas possíveis causas até as consequências prováveis. No editorial Mundo, exatamente no dia em que eclodiu o conflito, o jornal noticiou o ataque sob o título “Israel declara guerra após ataque do Hamas; conflito deixa mais de 500 mortos”.

Temos, então, um resumo de como se deu o ataque, destacando a reivindicação do grupo Hamas e seu objetivo: “[...] o início de uma grande operação para a retomada do território”. Além disso, o jornal destaca o número de mortes e a resposta de Israel: “estado de guerra e retaliação contra o Hamas”. As declarações dos chefes de Estado israelenses são destacadas, de modo que se apreende uma tentativa de justificar futuras retaliações de Israel contra a Palestina. A notícia segue com explicações visuais do ataque a Israel: mapas ilustram a região, imagens de prédios em chamas, espaços destruídos demonstram a intensidade do ataque.

Entretanto, é importante lembrar que o G1 é apenas um dos meios de comunicação que se dispõe a noticiar o ocorrido de outubro de 2023. Para o nosso objetivo, decidiu-se perceber a dimensão do conflito a partir de dois recortes: o nacional e o regional, ambos com foco na fonte jornalística digital, analisando termos e conceitos utilizados pelas redações dos veículos de comunicação no processo de construção das notícias. Partindo do pressuposto de que não há informação acrítica, neutra, perguntamos: como designar o que vem acontecendo no Oriente Médio desde os últimos meses de 2023? Quais conceitos e de que forma são empregados, com qual sentido?

Para tanto, selecionamos os seguintes jornais para análise: no âmbito regional amazonense, foram escolhidos os jornais D24 e A Crítica. No âmbito nacional, foram escolhidos os jornais G1 e CNN. Para melhor delimitação das matérias submetidas à problematização, empregou-se como critério cronológico, focando em matérias publicadas entre os meses de outubro/2023 e janeiro/2024, que se propuseram não só a explicar e elucidar as motivações, as origens, mas, sobretudo, o significado histórico do que vem acontecendo no Oriente Médio.

#### ÂMBITO NACIONAL: O CONFLITO SEGUNDO O PORTAL G1

O G1 é um dos meios jornalísticos que têm se preocupado com a disseminação e atualização do conflito entre Israel e Hamas. Criado em 2006, o G1 funciona como braço digital do jornalismo do grupo Globo na internet. Através do editorial Mundo, que tem como coordenador o jornalista Ricardo Gallo, o G1 vem transmitindo os eventos ocorridos no Oriente Médio desde outubro de 2023.

Um dia após o início do conflito, em 8 de outubro de 2023, o G1, em parceria com a BBC News, publicou artigo com o título “Conflito Israel-Hamas: o que acontece agora?”. A matéria se propunha a narrar, com o auxílio de imagens, vídeos e infográfico, o momento em que teve início o conflito no dia anterior. Apesar da tensão permanente entre os dois países, o artigo afirma que, naquele momento, nem Hamas nem Israel gostariam de uma escalada da tensão. Fazendo uso de citações de pessoas que estiveram presentes no momento do ataque, o texto mostra que tanto israelenses quanto palestinos

ficaram aterrorizados e perdidos, sem saber o que fazer em meio ao bombardeio. Algo interessante que se percebe no texto em questão é o uso dos termos “militares” e “militantes” ao se referir, respectivamente, a soldados israelenses e a palestinos.

No que diz respeito ao uso de termos dentro da abordagem sobre o conflito Israel-Palestina, outro debate que se faz presente é o modo de se classificar a organização militar palestina, o Hamas. Diversos países como Estados Unidos, Reino Unido e as nações da União Europeia classificam o Hamas como um grupo terrorista. O texto publicado no dia 9 de outubro de 2023 no G1 pretende explicar o porquê de o Brasil não classificar o grupo Hamas da mesma forma.

De acordo com o artigo, o governo brasileiro só classifica uma organização como “terrorista” se esta também for assim considerada pela Organização das Nações Unidas, como é o caso dos grupos Boko Haram, Al-Qaeda e Estado Islâmico. O que deve chamar a atenção é a afirmativa de que, a partir desse critério e apesar da troca de poder em Brasília, o Brasil, enquanto país e unidade representativa, não muda a sua classificação quanto a entidades e grupos considerados terroristas. O modo de classificar, então, parte de motivações e diretrizes internas de cada país e, apesar de após o ataque no sábado o governo brasileiro ter condenado tanto os bombardeios em Israel como na Faixa de Gaza, sem mencionar diretamente o Hamas, o texto afirma que, em dezembro de 2018, em uma Assembleia Geral da ONU, o Brasil votou em uma proposta norte-americana de condenação ao uso de foguetes contra Israel.

Tão importante quanto discutir a classificação feita por grupos externos sobre o grupo Hamas é compreender as diferenças entre israelenses, palestinos e o próprio grupo militar. Com o ataque no dia 7 de outubro, diversas pessoas têm se referido ao povo palestino como “extremista”, até mesmo “terrorista”, generalizando toda uma cultura e reduzindo à atuação de uma organização militar um povo complexo cultural e socialmente. Com base nas explicações de Uriã Fancelli, especialista em Relações Internacionais, o artigo classifica israelenses como todo cidadão nascido no Estado de Israel, a partir da década de 1940, ano que marca a sua criação, e palestinos como um povo habitante da região entre o Rio Jordão e o Mar Mediterrâneo, que, etnicamente, é árabe e, religiosamente falando, identifica-se como muçulmano; e, finalmente, o Hamas, como um grupo armado extremista, sendo uma das principais organizações islâmicas no território palestino, responsável pelo controle da Faixa de Gaza desde 2007. Pouco mais de um mês após o início do conflito, o G1, novamente em parceria com a BBC News, produziu um artigo com o objetivo de elucidar como o Hamas se organizou para o ataque do dia 7 de outubro. O texto em questão parte da afirmativa de que o Hamas, mesmo antes daquele dia, já havia se organizado militarmente com o apoio de outros grupos militares palestinos, a partir de treinamentos e de um projeto intitulado “Pilar Forte”. Além de identificar o Hamas como uma organização terrorista, o artigo nomeia os grupos que supostamente o teriam auxiliado, anos antes, como

“facções palestinas”. Esses grupos, segundo o texto, apesar de terem ideologias diversas entre si, concordam na prerrogativa da “vontade de atacar violentamente Israel”. O artigo jornalístico identifica o Hamas como o mais poderoso dos grupos armados da Palestina, ao mesmo tempo em que destaca uma “vulnerabilidade” israelense por não ter se preparado mesmo após ter conhecimento dos treinamentos palestinos, acreditando que “chegou à conclusão errada – avaliando que os sinais representavam a atividade ‘padrão’ de grupos paramilitares nos territórios palestinos”.

Merece destaque aqui essa suposta “vulnerabilidade israelense” que, normalmente, aparece nas reportagens seguida pela interrogação: poderia Israel ter evitado o ataque no dia 7 de outubro de 2023? E se sim, porquê não o fez? Logo mais, esse questionamento é acompanhado pela justificativa das ações israelenses, como se essas ações fossem apenas uma resposta à iniciativa palestina, quase como um ato de defesa, uma retaliação. É preciso, nesse caso, cruzar as informações. No mês do ataque a Israel, a CNN Brasil publicou um artigo (17/10/2023) em seu site dissecando a relação histórica entre o Estado de Israel e os Estados Unidos, bem como a relação deste último com a Palestina. Segundo Felipe de Souza, autor do texto, os Estados Unidos foram a primeira nação a reconhecer a autonomia do Estado de Israel, há 70 anos. Durante o governo de diversos presidentes, como Lyndon Johnson, Jimmy Carter, Bill Clinton foi estabelecida uma relação pró Israel, sendo abalada somente com o governo de Barack Obama, que se posicionou contra o avanço da colonização israelense. Mas, o que predomina é a relação diplomática e apoiadora entre os EUA e Israel, em que o primeiro cede apoio financeiro e militar para o segundo, em diversos conflitos, incluindo o que eclodiu em 2023.

Faltando um dia para o fim do ano de 2023, o G1 noticia a fala do primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, afirmando que a guerra contra o Hamas continuará “por todas as frentes” e que deverá se prolongar por muitos meses (30/12/2023). Trata-se de uma declaração que agride a perspectiva de se obter sucesso nas negociações para liberação de reféns de ambos os lados. Mais tarde, no final de fevereiro de 2024, o G1 publicou matéria (27/02/2024) afirmando que há uma proposta de cessar-fogo partindo dos Estados Unidos, do Catar e do Egito. Essa proposta pressupunha uma pausa de pelo menos 40 dias nas investidas militares, com troca e libertação de prisioneiros palestinos e israelenses. A proposta de cessar-fogo, em análise pelo Hamas no momento em questão, envolve um propósito maior: contemplar o Ramadã, que inicia na noite do dia 10 de março e segue até dia 9 de abril, considerado um período sagrado para os seguidores do islamismo.

Compreender o momento histórico por que estamos passando através das representações criadas pela imprensa é também compreender que o processo de nomeação de eventos históricos – isto é, como nomear o que está acontecendo? – tangencia as formas de emprego das posições de poder na construção da História.

A visão do *outro* é composta por vieses imperialistas, colonialistas e preconceituosos, que tendem a ver como inimigo aquele que é diferente. As matérias selecionadas do G1 nos meses de outubro e dezembro de 2023, e mais recentemente com a tentativa de cessar-fogo, em fevereiro, mostram que há uma preocupação em apresentar a retaliação israelense como um contra-ataque, como algo que só foi motivado pela ação inicial do Hamas no dia 7 de outubro, com o objetivo de legitimar as ações militares israelenses em território Palestino. Esse jogo de linguagem perpassa uma dimensão maior, que é a disputa por memória dentro da História.

Mesmo privilegiando matérias que têm por objetivo explicar e contextualizar o leitor sobre o que vem acontecendo no Oriente Médio, normalmente evocando suas motivações históricas, ainda sentimos que as reportagens carecem de uma problematização que enfatize a raiz do problema, aqui tomada pela criação do Estado de Israel no ano de 1948. Temos como marco esse ano pois, para os países em conflito, essa mesma data guarda significados bem distintos: enquanto Israel considera uma vitória, que, através da Guerra de Independência, finalmente houve um reconhecimento do seu espaço territorial como um Estado, para os palestinos esse ano marca a *Nakba*, o evento que culminou na expulsão de milhares palestinos de suas casas por organizações com vieses sionistas. Esse lugar de disputa, que é a memória, vem sendo palco de confrontos no Oriente Médio mesmo antes do ataque do Hamas no ano passado, possuindo a sua própria historicidade. Desta forma, o que vem sendo transmitido na mídia, desde outubro de 2023, parece ser uma defesa da *visão israelense* sobre o conflito como algo oficial, enquanto a *visão palestina* tende a se manter marginalizada, ela mesma sendo excluída da História.

## O CONFLITO SEGUNDO O PORTAL CNN

Além do G1, interessou-nos pela divulgação do conflito entre Israel e Palestina, bem como do ataque de 07 de outubro, o canal CNN Brasil. O canal de notícias divulga no espaço digital e televisivo e possui programação 24 horas, a qual é possível acompanhar por múltiplas plataformas, como operadoras de TV e redes sociais. A CNN Brasil, com sede em São Paulo e correspondentes nacionais e internacionais, é uma empresa brasileira da marca CNN, que integra o conglomerado norte-americano da *Warner Media*. No mesmo dia do ataque do Hamas contra Israel, a CNN Brasil publicou a matéria “Contraofensiva de Israel contra o Hamas: veja o que se sabe sobre o conflito” (07/10/2023a) para explicar e atualizar, especificamente, o ataque do dia 07 de outubro. O artigo, inicialmente, apresenta as consequências do ataque: em território israelense 350 *pessoas* morreram; no lado palestino, 313 *mortos* (itálicos nossos).



Em seguida, expõe, em listas de marcadores, as principais informações sobre o ataque, como as declarações do governo israelense e do grupo Hamas. Dois pontos chamam atenção nesse artigo: primeiro, percebe-se uma desumanização das perdas palestinas após o ataque do dia 07. Escrever que em território israelense morreram 350 pessoas e no território palestino houve 313 mortes explicita uma posição que percebe o lado palestino como simples dados, números que aumentam em decorrência de uma contraofensiva israelense justificada. Segundo, numa tentativa de divulgar ambos os lados do conflito – entende-se aqui as declarações e as ações –, o artigo acaba promovendo uma conjectura de bem versus mal, maniqueísta, em que o grupo Hamas faz declarações violentas e incitadoras contra Israel, enquanto este anuncia medidas contraofensivas para sua proteção.

Também no dia 07 de outubro, a CNN Brasil publicou a matéria “‘Estamos em guerra’, diz premiê israelense Netanyahu após o ataque do Hamas” (07/10/2023b) sobre as declarações dos chefes de Estado israelenses, os quais anunciaram declarações de *guerra* contra o grupo Hamas. O canal divulgou, na íntegra, uma tradução do discurso do primeiro-ministro israelense, detalhando suas declarações contra o grupo que assumiu a autoria do ataque. A reação israelense seria, então, a operação “Espadas de Ferro”. Seguindo o texto, numa tentativa de apresentar ambos os lados do conflito, a matéria expõe uma declaração de guerra do Hamas, em que este justifica a ação contra Israel como uma resposta ao cerco a Gaza, ao desrespeito às mulheres palestinas e à profanação da mesquita de Al-Aqsa, situada na Cidade Velha de Jerusalém. Contudo, não são aprofundadas tais declarações. Por fim, são divulgados os números, disponibilizados até aquele momento, de feridos e mortos no ataque surpresa.

No artigo, foi empregado o termo *guerra* para comentar o conflito do dia 7. Foram divulgadas majoritariamente as decisões do governo israelense contra o “grupo terrorista”, que deixaram claro que qualquer ação israelense, a partir daquele dia, estaria vinculada a uma operação de guerra. A disponibilização do discurso do primeiro-ministro viabiliza uma aproximação do leitor com as medidas e, ainda, com o próprio governo israelense. A contraofensiva, portanto, torna-se justificada pelo ataque sofrido. Além disso, apreende-se uma narrativa de que o grupo Hamas ataca a região israelense apenas e tão somente pelas três justificativas apresentadas anteriormente. Não há, portanto, uma contextualização do conflito, isto é, não há um preâmbulo, muito menos uma análise da reação do grupo Hamas contra Israel. Toma-se o conflito como uma reação a banais e recentes acontecimentos, ignorando a disputa na região, a invasão territorial e o genocídio impostos por Israel contra milhares de palestinos.

## ÂMBITO REGIONAL: O CONFLITO SEGUNDO O PORTAL A CRÍTICA

A escolha do jornal *A Crítica* para a análise regional se dá por este ser o jornal de maior circulação no estado do Amazonas. Com seus 76 anos de história, completados em 2025, ele se apresenta tanto no formato impresso como no digital. Considerando que não foram encontrados editoriais expressando a opinião propriamente do jornal *A Crítica* quanto ao conflito, a análise a seguir se baseou em artigos informativos disponíveis no site do jornal *A Crítica*, mas que tem como principais fontes a Agência Brasil e a AFP.

Como fora afirmado, ao fazer a análise das notícias disponíveis sobre o conflito, é interessante notar que a maioria das fontes têm como origem a Agência Brasil, site este criado pelo ex-presidente brasileiro Fernando Collor de Mello, e atualmente administrada pela Empresa Brasil de Comunicação, responsável por gerir as emissoras de rádio e televisão públicas e federais desde 2007. É de se perceber, pelo uso desta fonte, que as notícias publicadas quanto ao conflito pelo jornal *A Crítica*, traçam um alinhamento com o discurso do governo federal sobre os acontecimentos, tendo bastante enfoque quanto às ações do presidente Lula e do governo sobre o ocorrido.

A primeira notícia no site sobre o ataque do Hamas a Israel foi publicada no primeiro dia da guerra, 07 de outubro de 2023, e chama a atenção, logo no título, menos o acontecimento e mais a ação do governo brasileiro a respeito: “Governo brasileiro convocará reunião do Conselho de Segurança da ONU” (07/10/2023), com o assunto da matéria reforçando o discurso do Brasil sobre o cessar-fogo, visando o restabelecimento da paz, e sobre a liderança do presidente Lula à frente do conselho da ONU convocando uma reunião para discutir sobre o ocorrido. Quase uma semana após o início da guerra, uma matéria que se propunha a explicar o conflito foi publicada (16/10/2023). A matéria não classificava o Hamas como grupo *terrorista*, tendo como foco a explicação da disputa territorial histórica na região, a formação e as vitórias de guerras de Israel e o surgimento do Hamas, mas sem se posicionar claramente sobre a situação, acusando ou defendendo um lado.

No dia 19 de outubro de 2023, temos a primeira matéria sobre as repercussões regionais do conflito. Desta vez, a matéria (19/10/2023) é redigida por uma editora de dentro do jornal *A Crítica* e conta como foi a manifestação do grupo pró-palestina no centro de Manaus. Tendo conversas com o líder do movimento, fica em destaque que, além do grupo pedir pelo fim do conflito, ainda questionam a criação do Estado de Israel que, para eles, tem prejudicado seu povo desde o início da sua criação no ano de 1948. A matéria foca no retrato do pedido dos manifestantes, sem emitir opinião a respeito, apenas informando o acontecido e a visão do povo palestino residente da capital amazonense.

Após um mês do conflito, o jornal novamente reproduz uma matéria da *Agência Brasil*, que faz um levantamento sobre a escalada da violência na guerra entre Israel e o Hamas. Na matéria, é destaque o número de mortos até o momento do conflito, com 10.000 palestinos mortos, entre eles 4.000 crianças, e classifica como “o pior conflito em 75 anos”. Aqui nesta matéria, somente após um mês, o jornal detalha o ataque do Hamas com o número de foguetes lançados (cinco mil), o horário dos ataques (6h30m), e até as motivações das lideranças: “Lideranças do grupo afirmaram que a operação tem o propósito de ‘acabar com a última ocupação na Terra’ e é uma resposta ao bloqueio imposto por Israel aos palestinos de Gaza, que já dura mais de uma década.” Mostra a resposta de Israel aos ataques com bombardeios diários e bloqueio total de recursos básicos (água, comida, gasolina), bem como destaca a crise humanitária causada pela guerra aos civis. Ao final da matéria, o jornal destaca as ações do governo brasileiro por um cessar-fogo, redigidas pelo presidente e negadas três vezes pelos países membros do Conselho de Segurança da ONU. Importante destacar que não são revelados os nomes dos países que vetaram, apenas é dito que a mesa votou contra, não citando explicitamente os Estados Unidos, que foi o país que diretamente vetou a resolução de paz do Brasil.

As notícias, a partir desse momento, têm seu foco maior em destacar a crise humanitária causada pela guerra e as tentativas de acordos de paz, agora utilizando como fonte a AFP (*Agence France-Presse*), que é uma agência de notícias francesa. A primeira notícia é sobre o cessar-fogo de quatro dias proposto pelo Hamas, em uma matéria de apenas dois parágrafos, e a seguinte é sobre o retorno da guerra após esse cessar-fogo palestino. Esta matéria aborda os motivos pelo quais a guerra retornou, com as falas do primeiro-ministro de Israel sobre suas perspectivas com as ofensivas israelenses: “O governo israelense está decidido a alcançar os objetivos da guerra: liberar os reféns, eliminar o Hamas e garantir que Gaza nunca mais represente uma ameaça para o povo de Israel”.

Algo importante e que merece destaque é a reportagem do dia 16 de dezembro de 2023, que traz uma matéria da Agência Brasil sobre o aumento dos casos de *islamofobia* no Brasil após o ataque do Hamas. O interessante nesta matéria são as entrevistas elaboradas pelo Grupo de Antropologia em Contextos Islâmicos e Árabes (Gracias) da Universidade de São Paulo (USP). Nas entrevistas, é possível ver a perspectiva dos palestinos vivendo aqui no Brasil e os “olhares acusadores” que recebem nos lugares aonde chegam, principalmente as mulheres com o *hijab*, o que as tornam facilmente mais distinguidas nos espaços em que se encontram. Os entrevistados falam ainda sobre como a mídia corrobora o discurso de que todo mulçumano é associado ao Hamas e, portanto, *terrorista*, atribuindo caráter negativo à crença religiosa, e acreditando que toda a ação midiática em cima do ocorrido fez aumentar o preconceito contra palestinos e mulçumanos.

A última matéria selecionada do recorte corresponde ao dia 15 de janeiro de 2024, reproduzida da AFP. A AFP é uma empresa de matérias jornalísticas francesa que em seu estatuto se intitula um veículo imparcial de notícias, regido pela lei francesa de imprensa. Com o título “Hamás relata mais de 24 mil mortes em Gaza desde o início da guerra com Israel” (15/01/2024), a matéria, além de trazer os números atualizados sobre o conflito, conta com a escalada das tensões entre as regiões adjacentes, principalmente pelo “inferno” que está sendo vivenciado pelos moradores.

Baseado neste recorte das matérias retiradas do jornal *A Crítica*, é perceptível o alinhamento a um discurso oficial, ligado ao governo federal, por utilizarem a Agência Brasil ou a AFP, que está mais ligada aos números do confronto, como fontes principais. Há uma predominância na busca pela imparcialidade acerca do conflito, sem haver matérias com opinião direta e clara do jornal. Exemplo disso é a matéria de repercussão no Amazonas sobre o conflito, que dá voz aos relatos dos manifestantes e suas demandas, sem o posicionamento da emissora. As notícias sobre o conflito estão ali mais por serem o assunto do momento no mundo, caracterizando apenas reproduções passadas de jornais nacionais e internacionais para o regional e sendo recebidas de forma passiva, sem preocupações ou opiniões claras da emissora.

## O CONFLITO SEGUNDO O PORTAL D24AM

O Diário do Amazonas é um jornal da região, criado em 1985, que possui uma estratégia bem definida para difundir suas notícias. O grupo a que pertence, Diário de Comunicação, dividiu suas matérias pelo meio online com o nome D24, sendo este o objeto aqui de análise, mas também possui o jornal físico do Diário do Amazonas, sendo esse considerado como um dos jornais mais populares e baratos da cidade. O recorte temporal é o mesmo dos jornais já analisados anteriormente. O D24 é um jornal voltado para as camadas mais populares, tem um fluxo contínuo de notícias sobre o conflito, chegando a ter 62 abas na internet sobre o tema Israel, Palestina e Hamás (até o dia da consulta, 13 de março de 2024), suas notícias sobre o conflito vem de diversas fontes, com a redação tendo, aparentemente, bastante autonomia.

Desde 2019, o Grupo Diário de Comunicação vem estreitando laços com a Record (Grupo Diário..., 03/06/2019), cujo portal R7 detém uma maior predominância na disponibilidade de fontes sobre as informações, sendo ele comandado pela Rede Record de Comunicações. Algo importante de se destacar é que a Rede Record tem como seu dono um pastor evangélico, que se mostra, publicamente, favorável a Israel, e isso reflete nas notícias veiculadas.

Uma das primeiras notícias do D24AM sobre o conflito (Ataque do grupo Hamas..., 08/10/2023), proveniente do portal R7, refletia bem o posicionamento da emissora, apresentando o ponto de vista de Israel ao declarar guerra ao Hamas, sem explicar o que houve nem as motivações anteriores. A notícia deixa claro que o Hamas é um grupo terrorista e justifica sua escolha de palavras aludindo à classificação que os Estados Unidos deram ao grupo de resistência palestino. Ao final da matéria, existem vídeos explícitos do ataque do Hamas a Israel, deixando a notícia mais cheia de tragédias e chamando bastante a atenção do leitor, estampando imagens impactantes.

Ao fazer o levantamento no site D24AM, foi difícil selecionar algumas matérias pontuais para esclarecer a posição do jornal. Só no primeiro dia de guerra, o portal noticiou 13 matérias sobre o ocorrido, um volume muito maior se comparado com o jornal A Crítica, que, em seu portal, colocou apenas uma. Mas ao fazer uma checagem no conteúdo das matérias, foi possível perceber alguns padrões quanto ao tipo de informações que estavam interessados em publicar. As matérias, em geral, focavam na situação dos brasileiros que estavam na zona de guerra, vídeos chocantes do conflito com os bombardeios e pessoas desesperadas com os acontecimentos e as ações do governo brasileiro a fim de sanar a situação. As atualizações sobre a guerra eram diárias, com os números atualizados de feridos no país, tendo até duas notícias por dia. Percebe-se um trabalho contínuo de divulgação de vídeos da guerra, publicados pela própria redação, com temas chocantes e títulos em caixas alta, geralmente mostrando a má situação em que se encontravam pessoas ligadas a Israel. Raramente, a população palestina era apresentada em situação de perigo sob os ataques de Israel. Havia um acompanhamento diário da retirada de brasileiros da região do conflito, com tomadas até mesmo do trajeto do avião de resgate, decolagem, parada e volta.

Apesar da abordagem do site ter um viés pró-Israel, notava-se certas notícias sobre a percepção palestina do confronto. Matérias como “Pesquisadores criticam invisibilidade de palestinos no noticiário” (14/10/2023) surgem para mostrar o outro lado do conflito, contendo críticas que se aplicariam perfeitamente ao próprio D24AM. O artigo criticava jornais que se limitavam às explicações simplistas sobre os motivos da guerra, colocando a Palestina no lugar de vilão e Israel no lugar de vítima, como Francisco Fernandes Ladeiras (Geógrafo e pesquisador de discursos midiáticos) comenta:

Há jogos de palavras e armadilhas semânticas que mexem com as emoções. Quando você vai falar das perdas em Gaza, são perdas materiais, ataques às instalações militares. Em Israel, são enfatizadas as perdas humanas e os dramas familiares, os ataques contra a população civil.

O comentário do pesquisador descreve bem o tipo de notícia que o jornal D24 vinha difundindo durante o conflito. Diferentemente do jornal A Crítica, que noticiou uma manifestação pró-palestina em Manaus, conferindo um aspecto regional às repercussões no conflito na região, o D24 não comentou nada a respeito – pelo contrário, mostrou uma passeata pró Israel, que aconteceu no Rio de Janeiro, dentro do Brasil, mas fora do Estado do Amazonas.

As notícias seguiram esse padrão durante toda a cobertura do conflito. É de se perceber que o jornal D24 tinha um favorito nessa guerra – Israel – e que, apesar de tentar mostrar o lado dos palestinos, suas notícias e manchetes trabalhavam mais a visão israelense sobre o conflito, tanto política como social. Quanto às ações do Brasil, essas eram medidas em razão de seus esforços por resgatar brasileiros da zona de guerra. Por sua vez, a percepção local sobre o conflito ficou silenciada.

## CONCLUSÃO

Neste artigo procuramos confrontar – em tempo quase real, e com todas as limitações daí decorrentes – o modo como o conflito entre Israel e Palestina, iniciado em outubro de 2023, tem sido veiculado na mídia digital, com um olhar balizado pelas reflexões de Paul Ricoeur sobre as ideias de verdade e violência. A análise empírica sobre o comportamento da mídia, revelou padrões recorrentes: atualização contínua e fragmentária dos acontecimentos, tendência à simplificação de agentes e causas, o silenciamento das vozes palestinas. Essas características dos relatos midiáticos nadam na contramão da produção de narrativas históricas complexas e favorecem as leituras maniqueístas. Estas, por sua vez, tendem a alimentar processos de estigmatização e de legitimação simbólica da violência.

A leitura ricoeuriana fornece instrumentos conceituais úteis para deslocar e complicar essas leituras imediatas, contribuindo para entender como certos enquadramentos preexistem aos acontecimentos. Estes, participam na construção dos estereótipos e, por que não, das memórias coletivas, influenciadas pela forma como a mídia e certos atores políticos manipulam as narrativas: enredos das motivações, seletividade no uso dos adjetivos, hierarquia dos discursos, etc. Aplicada ao caso de outubro de 2023, essa perspectiva mostra que a “verdade” não se apresenta, mas é construída e está em permanente disputa e que a “violência” não se resume aos atos observados, mas é também um produto narrativo que maneja os motivos, as responsabilidades e os sentidos, trabalhando seja para destruir, seja para consolidar identidades, como, por exemplo, as de vítima e de agressor.



Ao fornecer as ferramentas para distinguir entre explicação causal e compreensão hermenêutica, Ricoeur nos impele a ir além da mera contabilização dos mortos e dos atos. É, pois, necessário historicizar os eventos, recuperar antecedentes, contextualizar as tensões territoriais e compreender a dinâmica dos processos de construção da memória e das “verdades”, que tornam plausíveis e aceitáveis determinadas ações e interpretações humanas. Esse duplo movimento de explicar causas e interpretar sentidos torna-se condição para não reduzir um povo inteiro à ação de um grupo e para evitar a conversão imediata do “outro” em inimigo absoluto, fenômeno recorrente na cobertura midiática identificada na pesquisa.

Relacionado a isso, a crítica ricoeuriana ao conceito de “violência” aponta para outra importante distinção: a violência como fato (atos concretos de ferimento) e a violência como legitimação (justificativas, discursos e instituições que tornam a violência aceitável ou mesmo necessária para atingir certos fins). Ao combinar reflexão sobre memória, verdade histórica e ética, Ricoeur mostra como instituições e discursos podem normalizar determinadas formas de violência.

A reflexão ricoeuriana enseja, no que tange à construção da história, um duplo compromisso metodológico e público. Metodologicamente, os historiadores devem conjugar hermenêutica e pesquisa documental para reconstruir contextos e trazer à cena as diversas vozes implicadas. No plano público, é preciso encorajar narrativas que evitem a desumanização coletiva e que devolvam complexidade às memórias em disputa. Tal postura não equivale a relativizar a violência nem a eximir agentes de responsabilidade, mas a recusar leituras simplificadoras que transformam tragédias humanas em slogans e que, por isso, perpetuam ciclos de violência simbólica e material.

Parafraseando Ricoeur, acreditamos que nós que estamos fora do eixo do conflito também vivenciamos uma *ética da angústia*, uma vez que precisamos nos posicionar acerca do evento histórico. A falta de conhecimento prévio, dos antecedentes e das motivações, tem levado diversas pessoas a fazer afirmações sem a fundamentação necessária, sem saberem ao certo o que estão falando e, muitas vezes, chegando a conclusões sobre o ocorrido do dia 7 de outubro de 2023 sem levar em consideração que os atuais acontecimentos envolvendo Israel e Palestina possuem suas raízes na História, sobretudo na luta por território, para além de uma luta religiosa. O que é transmitido na mídia, normalmente, vem carregado de um forte caráter xenofóbico, especificamente sobre o povo palestino. A vinculação comum entre palestinos e Hamas, como se todos os palestinos fossem “terroristas”, como insinuam diversos meios de comunicação, constitui uma impostura maliciosa, que reduz toda a cultura de um povo à prática de um grupo.

Retomando Ricoeur (1968, p. 287), vemos que, em *Civilização Universal e Culturas Nacionais*, as instituições de um povo exprimem, em um nível muito elementar, muito superficial, os seus valores. Como afirma o filósofo, “essas instituições não são em si mesmas senão um reflexo do estado do pensamento, da vontade, dos sentimentos de um grupo humano em determinado momento da história” – portanto não definindo, por completo, o que é a Palestina. De que forma e sob quais circunstâncias vem sendo escrita, nos últimos anos, essa história dos povos sem história, que foge do eixo europeu-estadunidense? Sob que penas o Oriente Médio vem sendo retratado na mídia, nos jornais, nas redes sociais? As representações sobre o conflito entre Israel e Palestina constituem uma guerra de poder pelo domínio da consciência de agora e da memória histórica. É preciso então que nós, historiadores, estejamos atentos a esse modo de escrita da História que, diariamente, tem passado sob nossos olhos.

A aproximação entre Ricoeur e o estudo da cobertura do conflito Israel-Palestina demonstra que a crítica do conceito de “violência” passa necessariamente por práticas interpretativas cuidadosas: só assim seremos capazes de combater narrativas redutoras e inverdades, contribuir para uma memória histórica plural e, tanto quanto possível, contribuir para um discurso público que favoreça uma crítica e uma compreensão capazes de fazer frente à naturalização do conflito. É preciso, ainda, que analisemos com atenção e acuidade esse discurso que se quer oficial, fazendo com que o desejo de Ricoeur em unir a reflexão teórica com o real seja alcançado, a fim de que consigamos alcançar a tão desejável práxis e que, desse modo, os mortos possam descansar em paz com a certeza de que, dentro do campo da escrita da História, o inimigo não venceu.

#### REFERÊNCIAS

BARTEL, Carlos E. O movimento sionista e a formação da comunidade judaica brasileira (1901-1956). 2012. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

GILBERT, Martin. *História de Israel*. São Paulo: Edições 70, 2010.

HERZL, Theodor. *The Jewish State*. New York: Dover Publications, 1988. (unaltered republication of the work originally published in 1946 by the American Zionist Emergency Council, New York)

\_\_\_\_\_. *The Jews' State: a Critical English Translation*. New Jersey: Jason Aronson, 1997.

NORA, Pierre. O retorno do fato. In: NORA, P. e LE GOFF, J. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, p. 179-193.

PAPPE, Ilan. *Ten myths about Israel*. New York : Verso, 2017.

RICOEUR, Paul. *História e Verdade*. Rio de Janeiro: Forense, 1968.

\_\_\_\_\_. *Interpretação e Ideologias*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988.

\_\_\_\_\_. Le retour de l'Événement. *Mélanges de l'école française de Rome*, v. 104, n. 1, p. 29-35, 1992. \_\_\_\_\_. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papirus, 1994.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. *A questão da Palestina*. São Paulo : Ed. Unesp, 2012.

SALGADO Neto, L. Inventando nações: notas sobre os nacionalismos judaico e palestino durante o Mandato Britânico (1917-1948). *Revista Espaço Acadêmico*, v. 15, n. 172, 90-103, 2015. <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/26992> Acesso em 28/9/2025.

SANTOS, Rodrigo dos. Verdade como problema ético: Paul Ricoeur pela obra *História, Verdade e Ética*. *Expedições: Teoria da História & Historiografia*, v. 5, n. 2, julho-dezembro de 2014.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2009.

#### MÍDIAS DIGITAIS

Balfour Declaration, 1917 in <https://britainpalestineproject.org/the-balfour-declaration/> Acesso em 28/9/2025.

Conflito Israel-Hamas: como festival de música criado por pai de Alok virou pesadelo com mais de 200 mortos. Publicado em 09/10/2023. <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cn0d66pd7ylo> Acesso em 28/09/2025.

Domo de Ferro: veja como funciona o sistema de defesa de Israel que intercepta e destrói mísseis. Publicado em 09/10/2023. <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/10/09/domo-de-ferro-veja-como-funciona-o-sistema-de-defesa-de-israel-que-intercepta-e-destroi-misseis.ghtml> Acesso em 28/09/2025

Israel: Discriminatory Land Policies Hem in Palestinians. Publicado em 12/05/2020. [https://www.hrw.org/news/2020/05/12/israel-discriminatory-land-policies-hem-palestinians?utm\\_source=chatgpt.com](https://www.hrw.org/news/2020/05/12/israel-discriminatory-land-policies-hem-palestinians?utm_source=chatgpt.com) Acesso em 28/09/2025.

O controle de Israel de 97% da Palestina histórica. Publicado em 14/05/2025. <https://www.brasildefato.com.br/colunista/vijay-prashad/2025/05/14/o-controle-de-israel-de-97-da-palestina-historica/> Acesso em 28/09/2025.

G1

Conflito Israel-Hamas: o que acontece agora? 08/10/2023a. <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/10/08/conflito-israel-hamas-o-que-acontece-agora.ghtml>. Acesso em 06/03/2025.

Entenda a diferença entre israelenses, palestinos e o Hamas. 08/10/2023b. <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/10/08/entenda-a-diferenca-entre-israelenses-palestinos-e-o-hamas.ghtml>. Acesso em 06/03/2025.

Por que Brasil não classifica Hamas como 'grupo terrorista'. 09/10/2023. <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/10/09/por-que-brasil-nao-classifica-hamas-como-grupo-terrorista.ghtml>. Acesso em 06/03/2025.

Como Hamas reuniu forças para atacar Israel em 7 de outubro. 28/11/2023. <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/11/28/como-hamas-reuniu-forcas-para-atacar-israel-em-7-de-outubro.ghtml> Acesso em 06/03/2025.

Benjamin Netanyahu, primeiro-ministro de Israel, diz que guerra contra Hamas vai continuar 'por muitos meses'. 30/12/2023. <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/12/30/premie-de-israel-diz-que-guerra-contra-hamas-vai-continuar-por-muitos-meses.ghtml>. Acesso em 06/03/2025.

Proposta de cessar-fogo negociada com Israel e Hamas prevê trégua de 40 dias e libertação de reféns, diz agência. 27/02/2024. <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/02/27/proposta-de-cessar-fogo-negociada-com-israel-e-hamas-preve-tregua-de-40-dias-e-libertacao-de-refens-diz-agencia.ghtml>. Acesso em 06/03/2025.

CNN

Contraofensiva de Israel contra o Hamas: veja o que se sabe sobre o conflito. 07/10/2023a. <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/contraofensiva-de-israel-contra-o-hamas-veja-o-que-se-sabe-sobre-o-conflito/>. Acesso em 06/03/2025.

“Estamos em guerra”, diz premiê israelense Netanyahu após ataques do Hamas. 07/10/2023b. <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/estamos-em-guerra-diz-premie-israelense-netanyahu-apos-ataques-do-hamas/> Acesso em 06/03/2025.

Qual a posição dos Estados Unidos sobre o conflito entre Israel e Palestina? Artigo da CNN Brasil. 17/10/2023. <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/qual-e-a-posicao-dos-estados-unidos-sobre-o-conflito-entre-israel-e-palestina/>

A Crítica

Governo brasileiro convocará reunião do Conselho de Segurança da ONU. 07/10/2023.

<https://www.acritica.com/geral/governo-brasileiro-convocara-reuni-o-do-conselho-desequranca-da-onu-1.320035>. Acesso em 06/03/2025.

Israel, Hamas, Palestina: entenda a guerra no Oriente Médio. 16/10/2023. <https://www.acritica.com/geral/israel-hamas-palestina-entenda-a-guerra-no-orient-medio-1.320909>. Acesso em 06/03/2025.

Manifestantes pró-Palestina se reúnem em ato no Largo São Sebastião e pedem "fim da matança". 19/10/2023. <https://www.acritica.com/manaus/manifestantes-pro-palestina-sereunem-em-ato-no-largo-s-o-sebasti-o-e-pedem-fim-da-matanca-1.321316>. Acesso em 06/03/2025.

Um mês de guerra: mundo vê escalada de violência no Oriente Médio. 07/11/2023. <https://www.acritica.com/geral/um-mes-de-guerra-mundo-ve-escalada-de-violencia-noorient-medio-1.323050> Acesso em 06/03/2025.

Hamas confirma que trégua com Israel começará na madrugada de sexta-feira. 23/11/2023. <https://www.acritica.com/geral/hamas-confirma-que-tregua-com-israel-comecara-namadrugada-de-sexta-feira-1.324514> Acesso em 06/03/2025.

Combates entre Israel e Hamas são retomados em Gaza após fim da trégua. 01/12/2023.

<https://www.acritica.com/geral/combates-entre-israel-e-hamas-s-o-retomados-em-gaza-aposfim-da-tregua-1.325294>. Acesso em 06/03/2025.

Relatório mostra aumento de casos de islamofobia após ataque do Hamas. 16/12/2023.

<https://www.acritica.com/geral/relatorio-mostra-aumento-de-casos-de-islamofobia-aposataque-do-hamas-1.326717>. Acesso em 06/03/2025.

Hamas relata mais de 24 mil mortes em Gaza desde o início da guerra com Israel. 15/01/2024.

<https://www.acritica.com/geral/hamas-relata-mais-de-24-mil-mortes-em-gaza-desde-o-inicioda-guerra-com-israel-1.328964>. Acesso em 06/03/2025.

D24AM

Grupo Diário e Record estreitam negócios. 03/06/2019.

<https://d24am.com/economia/grupodiario-e-record-estreitam-negocios-2/>. Acesso em 06/03/2025.

‘Não há registros de brasileiros entre vítimas em Israel’, diz Itamaraty. 07/10/2023. <https://d24am.com/brasil/nao-ha-registros-de-brasileiros-entre-vi>. Acesso em 06/03/2025.

VÍDEO: Israel declara alerta de guerra após ataque do grupo terrorista Hamas. 07/10/2023. <https://d24am.com/mundo/video-israel-declara-alerta-de-guerra-apos-ataque-do-grupoterrorista-hamas/>. Acesso em 06/03/2025.

VÍDEO: população israelense tenta fugir a pé de área bombardeada. 07/10/2023. <https://d24am.com/mundo/video-populacao-israelense-tenta-fugir-a-pe-de-area-bombardeada/>. Acesso em 06/03/2025.

Governo brasileiro convocará reunião com ONU após ataques em Israel. 07/10/2023. <https://d24am.com/brasil/governo-brasileiro-convocara-reuniao-com-onu-apos-ataques-emisrael/>. Acesso em 06/03/2025.

Ataque do grupo Hamas já provocou a morte de mais de 700 pessoas em Israel. 08/10/2023.

<https://d24am.com/mundo/ataque-do-grupo-hamas-ja-provocou-a-morte-de-mais-de-700-pessoas-em-israel/>. Acesso em 06/03/2025.



Passa de 600 o número de israelenses mortos pelo Hamas. 08/10/2023.  
<https://d24am.com/mundo/passa-de-600-o-numero-de-israelenses-mortos-pelo-hamas/> Acesso em 06/03/2025.

ASSUSTADOR: vídeo mostra desespero de família israelense sendo mantida refém.  
09/10/2023. <https://d24am.com/mundo/assustador-video-mostra-desespero-de-familiaisraelense-sendo-mantida-refem/> Acesso em 06/03/2025.

FAB inicia missão para repatriar brasileiros de Israel e Palestina. 09/10/2023.  
[Relatório mostra aumento de casos de islamofobia após ataque do Hamas. 16/12/2023.](https://www.acritica.com/geral/relatorio-mostra-aumento-de-casos-de-islamofobia-apos-ataque-do-hamas-16/12/2023)  
<https://www.acritica.com/geral/relatorio-mostra-aumento-de-casos-de-islamofobia-aposataque-do-hamas-1.326717>. Acesso em 06/03/2025.

Avião da FAB que vai resgatar brasileiros em Israel segue de Roma para Tel Aviv. 10/10/2023. <https://d24am.com/brasil/aviao-da-fab-que-vai-resgatar-brasileiros-em-israelsegue-de-roma-para-tel-aviv/> Acesso em 06/03/2025.

Primeiro avião de resgate parte de Tel Aviv trazendo 211 brasileiros. 10/10/2023.  
<https://d24am.com/brasil/primeiro-aviao-de-resgate-parte-de-tel-aviv-trazendo-211-brasileiros/> Acesso em 06/03/2025.

Pesquisadores criticam invisibilidade de palestinos no noticiário. 14/10/2023.  
<https://d24am.com/mundo/pesquisadores-criticam-invisibilidade-de-palestinos-no-noticiario/> Acesso em 06/03/2025.

Centenas de pessoas fazem ato no Rio de Janeiro em defesa de Israel. 15/10/2023. <https://d24am.com/brasil/centenas-de-pessoas-fazem-ato-norio-de-janeiro-em-defesa-deisrael/>. Acesso em 06/03/2025

---

Por uma análise conceitual do conflito  
Israel-Palestina: interpretação histórica  
à luz de Paul Ricoeur e da mídia digital  
brasileira

Resumo: O artigo se divide em duas partes articuladas entre si. Na primeira, analisa o conflito Israel-Palestina, iniciado em 2023, à luz de reflexões do filósofo Paul Ricoeur (1913-2005), contidas principalmente nas obras *História e Verdade* (1968) e *Interpretação e Ideologias* (1988), ocupando-se de aspectos ligados à definição e ao emprego de termos como “verdade” e “fato” quando aplicados ao acontecimento em tela. Na segunda parte, partimos da observação das notícias e opiniões relacionadas ao conflito para indagar sobre a realidade das notícias divulgadas em quatro portais de comunicação digital, sendo dois deles locais (A Crítica e D24am, do Amazonas) e dois nacionais (CNN e G1).

Palavras-chave: Conflito Israel-Palestina; Teoria da História; Mídia digital; Verdade.

---

For a conceptual analysis of the Israel-Palestine  
conflict: historical interpretation in light of Paul  
Ricoeur and the Brazilian digital media

Abstract: The article is divided into two interconnected parts. The first part analyzes the Israel-Palestine conflict, which began in 2023, in light of the reflections of philosopher Paul Ricoeur (1913-2005), contained mainly in the works *History and Truth* (1968) and *Interpretation and Ideologies* (1988), addressing aspects related to the definition and use of terms such as “truth” and “fact” when applied to the event in question. In the second part, we start by observing news and opinions related to the conflict to inquire about the reality of the news published on four digital communication portals, two of which are local (A Crítica and D24am from Amazonas) and two national (CNN and G1).

Keywords: Israel-Palestine conflict; Theory of History; Digital media; Truth.

---

Recebido em: 18 de maio de 2025  
Aprovado em: 29 de setembro de 2025

---